



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010147-34.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Arresto - Liminar**
 Requerente: **ALICE APARECIDA SILVA COSTA**
 Requerido: **Delmo Seguros Adm e Corretora de S e outro**

Vistos.

ALICE APARECIDA SILVA COSTA ajuizou ação cautelar contra DELMO SEGUROS ADM E CORRETORA DE SEGUROS, pedindo o arresto em bens, haja vista ser credora do valor de R\$ 31.266,15 e que a requerida, devedora, estaria dilapidando o patrimônio, razão para se pleitear a tutela cautelar.

Deferiu-se liminarmente a medida.

Citada, a requerida contestou o pedido, arguindo inépcia da petição inicial e improcedência do pedido.

Manifestou-se a requerente, insistindo na medida.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A omissão quanto ao valor da causa não inviabiliza a petição inicial pois, no mínimo, seu valor é compatível com o valor da dívida que se pretende garantir. Apenas o excesso de formalismo justificaria o acolhimento da arguição de inépcia, ora repelida.

A requerente é portadora de cheques emitidos pela requerida, os quais não foram compensados.

Malgrado estar prescrita a ação de execução, haja vista o decurso do prazo, tais cheques ainda conservam a eficácia cambial, admitindo a propositura de ação monitória, já em curso. E também se prestam à garantia cautelar, do arresto, haja vista representarem dívida literal.

Escapa ao objeto da lide cautelar a discussão aprofundada a respeito da legitimidade do crédito em si ou da higidez da relação jurídica. O que importa no momento é a verificação da existência de prova literal de dívida líquida e certa. Citada para o processo de execução, poderá a devedora apresentar a defesa que lhe for útil, para livrar-se da responsabilidade patrimonial que lhe é atribuída.

O caráter instrumental do processo proporciona o deferimento da medida, sem indagação mais profunda a respeito da dissipação de bens, pois o objetivo principal é assegurar a eficácia do processo principal, mediante a apreensão de bens que garantam a própria execução. Não houve contestação à medida, sequer haveria imposição de verbas processuais.

O receio da credora, ademais, é justificável pelo tempo decorrido, sem lograr a realização do direito de crédito.

É dispensável a prestação de caução, haja vista os elementos probatórios já reunidos nos autos.,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Diante do exposto, **acolho o pedido cautelar** e decreto o arresto em bens da requerida, confirmando a medida liminar, dispensada a prestação de caução, e condeno-a ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios do patrono da requerente, por equidade fixados em R\$ 300,00. A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

P.R.I.C.

São Carlos, 02 de fevereiro de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**